

ROSA MARIA DE
ANDRADE NERY

NELSON
NERY JUNIOR

Instituições de
DIREITO CIVIL

DIREITOS PATRIMONIAIS,
REAIS E REGISTRÁRIOS

2ª edição

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

ESTRUTURA DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	6

PARTE GERAL

DIREITOS PATRIMONIAIS, REAIS E REGISTRÁRIOS

CAPÍTULO I – FORMAÇÃO PATRIMONIAL E IDEOLOGIA	32
1. IMPORTÂNCIA JURÍDICA DO PATRIMÔNIO	33
2. DIREITOS REAIS, PERTENCIMENTO DE BENS, POLÍTICA E RIQUEZA PRIVADA	34
3. ECONOMIA DE MERCADO.....	38
4. FATOS, ATOS E ATIVIDADES QUE ENSEJAM ATRIBUIÇÕES PATRIMONIAIS.....	40
4.1. Objetos de atribuições patrimoniais	41
5. ESFERA PESSOAL E PATRIMONIAL?	42
6. VIDA PRIVADA.....	43
6.1. Proporcionalidade	47
7. PATRIMÔNIO E DANO	49
8. O PATRIMÔNIO A PARTIR DE NORMAS DE ORIGEM NÃO ESTATAL	50
CAPÍTULO II – ELEMENTOS DO PATRIMÔNIO	54
9. ELEMENTOS COMPONENTES DO PATRIMÔNIO DO SUJEITO	55
10. DIREITOS PESSOAIS E REAIS (IMOBILIÁRIOS OU MOBILIÁRIOS)	56
11. PODERES	57
12. O CRÉDITO REAL E PESSOAL: PREFERENCIAL REAL, PESSOAL PRIVILEGIADO ESPECIAL, PESSOAL PRIVILEGIADO GERAL	58
12.1. Créditos cedíveis e incedíveis.....	63
13. DÍVIDA, PRESTAÇÃO E PRETENSÃO	64

14. POSIÇÕES JURÍDICAS SUBJETIVAS DE VANTAGEM E DE DESVANTAGEM (REFERÊNCIAS EXEMPLIFICATIVAS)	66
14.1. Quando alguém dispõe de elementos componentes do patrimônio: disponibilidade e indisponibilidade.....	66
14.2. Direito de retenção	67
14.3. Situação de quem pratica crime contra o patrimônio (CC 876).....	67
14.4. Quem recebe prêmio em concursos (CC 860) tem seu patrimônio acrescido por essa causa .	68
14.5. Direito legal de preferência (ECid 22).....	68
14.6. Sistema de compra de ações	69
14.7. Monopólio	70
14.8. Cessionário de direitos que deveriam, mas não foram registrados.....	70
14.9. Execução aparelhada com duplicata sem aceite: posição de desvantagem do credor-exequente ...	71
14.10. Ônus probatório	71
14.11. Informações e dados protegidos pelo sigilo	72
14.12. Segredo ou sigilo de dados e informações	73
14.13. Cadastro de dados	75
14.14. Titularidade de informações confidenciais.....	81
14.15. Os elementos componentes da natureza imaterial da empresa (reputação).....	82
CAPÍTULO III – ALOCAÇÃO TÓPICA DE BENS (CONTEÚDO) NO PATRIMÔNIO (CONTINENTE)	84
15. DESLOCAMENTO PATRIMONIAL E A LICITUDE DE SUA CAUSA	85
16. PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL. PATRIMÔNIO MORAL.....	86
17. PATRIMÔNIO MÍNIMO: LIMITE DE SACRIFÍCIO.....	88
18. PATRIMÔNIO SEPARADO	89
19. PATRIMÔNIO DE GRUPO EMPRESARIAL.....	90
20. CONDOMÍNIO E COMUNHÃO.....	93
21. PATRIMÔNIO MUNDIAL CULTURAL E NATURAL.....	96
22. PATRIMÔNIO SUCESSÍVEL DISPONÍVEL.....	98
23. PATRIMÔNIO FUNDACIONAL E BENS DOTADOS.....	102
24. PATRIMÔNIO GENÉTICO.....	103
25. PATRIMÔNIO DESCONSIDERADO	104
CAPÍTULO IV – O PATRIMÔNIO PÚBLICO E O MODO PELO QUAL SE EXERCE O DOMÍNIO DE BENS.	106
26. BENS PÚBLICOS E PRIVADOS.....	108
27. BENS SUBMETIDOS AO PODER DA UNIÃO	109

28. CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS	109
29. INALIENABILIDADE DE BENS PÚBLICOS: AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO	110
30. FORMA DE AQUISIÇÃO, DE TRANSFERÊNCIA E DE MODIFICAÇÃO DA TITULARIDADE DOS BENS PÚBLICOS	111
31. BENS DOMINICAIS: NÃO AFETADOS POR DESTINAÇÃO PÚBLICA	112
32. BENS DE USO COMUM	114
33. DESAFETAÇÃO DO USO COMUM E DO USO ESPECIAL	115
34. UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES	116
34.1. Autorização de uso	116
34.2. Autorização de uso especial (MedProv 2220/01 9.º)	117
34.3. Utilização de bens públicos por particulares. Permissão de uso de bem público	117
34.4. Utilização de bens públicos por particulares. Cessão de uso (DL 9760/46 64 § 3.º e L 9636/98 18 a 21)	118
34.5. Utilização de bens públicos por particulares. Concessão de uso	118
35.6. Utilização de bens públicos por particulares. Concessão especial de uso (MedProv 2220, de 4.9.2001)	118
34.7. Utilização de bens públicos por particulares. Concessão de direito real de uso (DL 271, de 28.2.1967)	119
34.8. Utilização de bens públicos por particulares. Enfeiteuse ou aforamento	119
34.9. Locação de imóveis da União (DL 9760/46 64 § 1.º e 86 a 98)	119
34.10. Aforamento (DL 9760/46 64 § 2.º e 99 a 124)	120
34.11. Ocupação	120
34.12. Foro e laudêmio	121
34.13. Cessão (L 9636/98 18 a 21, regulamentada pelo D 3725/01)	121
34.14. Permissão de uso (L 9636/98 22, regulamentada pelo D 3725/01)	122
34.15. Concessão de uso especial para fins de moradia (CF 183 § 1.º; L 9636/98 22-A, regulamentada pelo D 3725/01 e L 11481/07)	123
34.16. Alienação (L 9636/98 23, regulamentada pelo D 3725/01)	124
34.17. Venda (L 9636/98 24 a 29, regulamentada pelo D 3725/01)	125
34.18. Permuta (L 9636/98 30, regulamentada pelo D 3725/01)	126
34.19. Doação (L 9636/98 31, regulamentada pelo D 3725/01)	126
34.20. Terras devolutas	126
34.21. Terras devolutas. Conceito anterior (L 601/1850)	127
34.22. Terras devolutas. Processo discriminatório	128
34.23. Terras devolutas do Estado (CF 26 IV)	128
34.24. Terrenos marginais	128

34.25. Domínio fluvial e lacustre	129
34.26. Ilhas costeiras.....	129
34.27. Plataforma continental.....	129
34.28. Zona econômica exclusiva	129
34.29. Mar territorial.....	129
34.30. Terrenos de marinha	130
34.30.1. Acrescidos.....	130
34.31. Recursos naturais	131
34.32. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	131
CAPÍTULO V – PATRIMÔNIO EMPRESARIAL: PATRIMÔNIO DE SÓCIO E PATRIMÔNIO DE EMPRESA...	132
35. PATRIMÔNIOS QUE NÃO SE DEVEM MISTURAR – REPERCUSSÃO PROCESSUAL	133
36. EMPRESÁRIO, EMPRESA E ESTABELECIMENTO.....	136
37. SOCIEDADE ENTRE CÔNJUGES: CONFUSÃO PATRIMONIAL?	137
37.1. Patrimônio do empresário casado	141
38. SOCIEDADE EMPRESÁRIA ENTRE CÔNJUGES	143
39. O EMPRESÁRIO CASADO E SUA HABILITAÇÃO LEGAL PARA DISPOR DE BENS DA EMPRESA	144
40. O PATRIMÔNIO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.....	146
41. PATRIMÔNIO ESPECIAL E SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO	146
42. RESPONSABILIDADE DE SÓCIOS PELA ATIVIDADE EMPRESARIAL.....	148
43. LUCROS DA SOCIEDADE E PARTE QUE CABE AO SÓCIO EM LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA.....	149
44. PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE EM NOME COLETIVO.....	150
45. GRUPOS ECONÔMICOS, SÓCIOS – PATRIMÔNIO E SUCESSÃO	151
46. SUBPATRIMÔNIO FORMADO POR CAUSA DE IMPUTAÇÃO DE DANOS.....	155
47. ESTABELECIMENTO É COMPLEXO DE BENS (CC 1142), COMPONENTES DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA.....	160
48. ALIENAÇÃO DO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL: TRESPASSE	162
49. QUOTA DE SOCIEDADE.....	163
50. CAPITAL SOCIAL	164
CAPÍTULO VI – CAPACIDADE FINANCEIRA, SOLVÊNCIA, GARANTIA E RISCO	166
51. CAPACIDADE FINANCEIRA E SOLVÊNCIA.....	167
52. PATRIMÔNIO LIVRE E DESEMBARAÇADO	167
53. SATISFAÇÃO DO CRÉDITO	168
54. BEM PENHORADO.....	169
55. EVICÇÃO	171

56. INSOLVÊNCIA.....	172
57. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESA E FALÊNCIA.....	173
58. CONCURSO DE CREDORES.....	174
59. DEVEDOR SEM PATRIMÔNIO.....	175
60. O CREDOR, SEUS PRIVILÉGIOS E PREFERÊNCIAS.....	175
61. BEM DADO EM GARANTIA FIDUCIÁRIA E BEM GRAVADO POR PENHOR, HIPOTECA E ANTICRESE.....	177
62. ARRESTO, SEQUESTRO, PENHORA E PENHORA <i>ON LINE</i>	177
63. ARREMATÇÃO DE BEM GRAVADO.....	178
64. PATRIMÔNIO E RISCO SEGURADO.....	179
CAPÍTULO VII – PROPRIEDADE, PATRIMÔNIO E MERCADO.....	182
65. INGERÊNCIAS JURÍDICAS NO PATRIMÔNIO DAS PESSOAS: SOLUÇÕES ECONOMICAMENTE RAZOÁVEIS.....	183
66. SEGURANÇA JURÍDICA E AMPLIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PARADOXO DO SISTEMA DE DIREITO PRIVADO.....	185
67. OS OBJETOS DO DIREITO DE PROPRIEDADE NO PATRIMÔNIO DA PESSOA E O INTERESSE ECONÔMICO QUE ELES REVELAM.....	186
68. SANÇÃO CIVIL, PATRIMÔNIO E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....	187
69. COMPORTAMENTO ESTRATÉGICO, RISCO E DANO.....	189
70. EFICIÊNCIA PARA EVITAR O DANO MAIOR.....	190
CAPÍTULO VIII – PROPRIEDADE E SEU PERFIL CONSTITUCIONAL.....	192
71. PRINCÍPIO DO RESPEITO À PROPRIEDADE.....	193
72. PROPRIEDADE E A TUTELA DA CLÁUSULA <i>DUE PROCESS</i>	195
73. PROPRIEDADE: DIREITO REAL POR EXCELÊNCIA.....	196
74. A PROPRIEDADE OBRIGA.....	197
75. O DIREITO DE PROPRIEDADE COMO SITUAÇÃO JURÍDICA COMPLEXA.....	198
CAPÍTULO IX – PROTEÇÃO JUDICIAL DA POSSE.....	202
76. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	203
77. AS AÇÕES POSSESSÓRIAS SEGUNDO O DIREITO POSITIVO BRASILEIRO.....	204
78. FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	207
79. O CARÁTER DÚPLICE DA AÇÃO POSSESSÓRIA.....	208
80. AS PARTES NA AÇÃO POSSESSÓRIA.....	210
81. A LIMINAR NA AÇÃO POSSESSÓRIA.....	219
82. EXCEÇÃO DE DOMÍNIO.....	224
83. COMPETÊNCIA.....	227

84. DEPÓSITO JUDICIAL E PODER DO DEPOSITÁRIO SOBRE BENS CONSIGNADOS, PENHORADOS, SEQUESTRADOS OU ARRESTATOS.....	227
85. POSSE E PROPRIEDADE SOBRE TÍTULOS DE CRÉDITO (A CÂRTULA, O CRÉDITO INCORPORADO E A DÍVIDA ANUNCIADA).....	231
CAPÍTULO X – PROPRIEDADE E SUAS FUNÇÕES JURÍDICAS.....	234
86. O DIREITO DE PROPRIEDADE NO CÓDIGO CIVIL	235
87. TIPICIDADE DOS DIREITOS REAIS	236
88. PROPRIEDADE FUNCIONAL.....	237
89. PROPRIEDADE QUE SE INSERE EM ESPAÇO DE INTERESSE SOCIAL	238
90. O EXERCÍCIO DO DIREITO REAL DE PROPRIEDADE	239
91. LIMITES AO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SOLO.....	239
92. FRUTOS E PRODUTOS DA COISA.....	241
CAPÍTULO XI – A PROPRIEDADE E A CIDADE.....	242
93. DIREITO URBANÍSTICO	244
94. DIREITO URBANÍSTICO, DIREITO PRIVADO E DIREITOS DIFUSOS	244
95. NORMAS DE ORDEM PÚBLICA	245
96. DIREITO AO AMBIENTE URBANO SAUDÁVEL. FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE.....	246
97. DIRETRIZES GERAIS DO ECID: CLÁUSULAS GERAIS	246
98. COMPETÊNCIA DA UNIÃO SOBRE DIREITO URBANÍSTICO.....	247
99. INSTRUMENTOS PARA A EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA	248
100. DIREITO DE PROPRIEDADE DO SOLO. DIREITO DE APROVEITAMENTO URBANÍSTICO. DISTINÇÃO	248
101. ÔNUS E DEVERES URBANÍSTICOS	249
102. PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO: ÔNUS E NÃO OBRIGAÇÃO DO PROPRIETÁRIO	250
103. PLANO DIRETOR	250
104. INFRAESTRUTURA PÚBLICA.....	252
105. UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA DE IMÓVEL	252
106. PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO ENQUANTO ÔNUS SUBJETIVAMENTE REAIS	253
107. PODER ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E TIPICIDADE	253
108. DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO	256
109. USUCAPÍO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO (ECID 9.0).....	259
110. USUCAPÍO COLETIVA.....	261
111. PROPRIEDADE COMO FUNÇÃO E COMO SITUAÇÃO SUBJETIVA (ECID 11).....	265
112. DIREITO DE SUPERFÍCIE (ECID 21).....	266
113. SUPERFÍCIE E ENFITEUSE	267

114. SUPERFÍCIE, USUFRUTO E ENFITEUSE	268
115. DIREITO DE PREFERÊNCIA (DO PROPRIETÁRIO E DO SUPERFICIÁRIO) DE AQUISIÇÃO (ECID 22). CONCEITO.....	269
116. EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE. MODALIDADES.....	270
117. EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE E RECUPERAÇÃO PELO PROPRIETÁRIO DO PLENO DOMÍNIO DO IMÓVEL (ECID 24).....	271
118. PREEMPÇÃO (ECID 25).....	271
119. HIPÓTESES QUE POSSIBILITAM O DIREITO DE PREEMPÇÃO (ECID 26). ROL TAXATIVO	273
120. NOTIFICAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS PELO MUNICÍPIO PARA INFORMAR A ÁREA DEMARCADA (ECID 27).....	273
121. OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR (ECID 28).....	276
122. ALTERAÇÃO DE USO DO SOLO (ECID 29).....	277
123. VINCULAÇÃO DOS RECURSOS (ECID 31)	278
124. ATIVIDADES URBANAS CONSORCIADAS	279
125. PLANO DE OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA (ECID 33).....	280
126. CERTIFICADOS DE POTENCIAL ADICIONAL CONSTRUTIVO (CEPAC) (ECID 34).....	281
127. TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR (ECID 35)	281
128. ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV – ECID 36)	282
129. METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS DA CIDADE. TRAÇOS POLÍTICOS DO PLANO DIRETOR (ECID 39)	284
130. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE	288
131. ATO DE IMPROBIDADE DO PREFEITO.....	289
CAPÍTULO XII – A PROPRIEDADE E A POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA.....	290
132. POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA (ESTATUTO DA TERRA E CÓDIGO FLORESTAL).....	291
133. IMÓVEL RURAL: PECULIARIDADES E NOMENCLATURA	292
134. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PRIVADA IMOBILIÁRIA RURAL	298
135. REFORMA AGRÁRIA	298
136. AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE RURAL POR ESTRANGEIROS	300
137. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL.....	300
138. TERRAS EXPROPRIADAS E O PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA.....	302
139. FINANCIAMENTO PARA A REFORMA AGRÁRIA.....	303
140. IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	304
141. COLONIZAÇÃO.....	306
142. CRÉDITO RURAL	307
143. CONTRATO AGRÁRIO.....	308
144. CONTRATO AGRÁRIO E USO: ARRENDAMENTO E PARCERIA.....	309

145. ARRENDAMENTO	312
146. PARCERIA AGRÍCOLA E RURAL.....	315
CAPÍTULO XIII – FORMAS PELAS QUAIS A PROPRIEDADE SE APRESENTA	320
147. PROPRIEDADE EM CONDOMÍNIO	321
147.1. O uso da coisa pelo condômino	323
147.2. Condomínio que decorre de sucessão <i>causa mortis</i>	325
147.3. Condomínio necessário e limites da propriedade	326
147.4. Condomínio de casas e condomínio.....	328
147.5. Clubes de campo. <i>Countries</i>	328
147.6. Loteamento	329
147.6.1. Loteamento e nova forma de lotear	329
147.7. Despesas de conservação ou divisão da coisa.....	331
147.7.1. Condomínio não instituído e rateio de despesas. Condomínio de fato.....	331
147.7.2. Despesas decorrentes de rateios de verbas condominiais	332
147.7.2.1. O compromissário comprador e as verbas condominiais	333
147.7.2.2. As dívidas dos condôminos.....	336
147.7.3. Convenção condominial	337
147.7.4. Divisão das coisas em condomínio.....	338
148. PROPRIEDADE EM PLANOS HORIZONTAIS. HISTÓRICO	339
148.1. Propriedade horizontal.....	343
148.2. Coisas principais e coisas não essenciais na estrutura do condomínio edifício e das unidades autônomas	344
148.3. Constituição da propriedade horizontal	345
148.4. Extinção da propriedade horizontal	347
148.5. Convenção condominial.....	348
148.6. Descumprimento reiterado de dever de condômino. Condômino nocivo.....	349
148.7. Obras no condomínio	353
148.8. Administração do condomínio	354
148.9. Execução de valores devidos por rateio de verbas condominiais	355
149. PROPRIEDADE MULTI-HABITACIONAL.....	357
149.1. Multipropriedade.....	358
150. PROPRIEDADE CARTULAR	360
151. PROPRIEDADE DE MORADIA.....	361
152. PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	362

153. PROPRIEDADE SOBRE COISA PRINCIPAL, PARTE INTEGRANTE NÃO ESSENCIAL E PERTENÇA	362
CAPÍTULO XIV – MODOS DE AQUISIÇÃO E PERDA DA PROPRIEDADE MÓVEL E IMÓVEL	364
154. MODO DE ADQUIRIR A PROPRIEDADE	365
154.1. Negócio mercantil e transferência de propriedade sobre coisa móvel: tradição	366
155. AQUISIÇÃO DOS BENS A TÍTULO DERIVADO OU ORIGINÁRIO	368
155.1. Modos originários de aquisição	369
155.1.1. Ocupação	369
155.1.2. Acessão: uma coisa principal absorve outra de menor valor	369
155.1.2.1. Proprietário do solo e proprietário da coisa acedida	371
155.1.2.2. Boa-fé do então dono da coisa acedida e indenização pelo seu prejuízo ...	372
155.1.2.3. Má-fé do dono da coisa acedida e indenização pelo prejuízo do dono do solo	372
155.1.2.4. Plantação ou construção de valor superior ao do terreno (CC 1255 par. ún.)	373
155.1.2.5. Perda do solo e indenização correspondente. Construção e plantação	373
155.1.2.6. Em que momento se ultima a transferência do domínio?	374
155.1.2.7. Pagamento da indenização	375
155.1.3. Especificação	375
155.1.4. Confusão, comistão e adjunção	376
155.2. Modos derivados de aquisição	377
155.2.1. Tradição: transferência de coisa móvel	377
155.2.2. Usucapião	377
155.2.2.1. A posse como fenômeno (fato-causa) de aquisição e perda da propriedade	377
155.2.2.2. Usucapião e justo título	379
155.2.2.3. Usucapião. Conceito. Tipos	380
155.2.2.4. Quadro prático	381
155.2.2.5. Tesouro	384
155.3. Endosso de título: forma de transferência da propriedade do título que representa o crédito ..	385
155.4. Alienação de bem penhorado	386
155.5. Proprietário esbulhador	387
CAPÍTULO XV – DIREITOS DE VIZINHANÇA	388
156. A PROPRIEDADE OBRIGA	389
157. ABUSO DE DIREITO	390

158. DONO DA OBRA E CONSTRUTOR EM FACE DO VIZINHO.....	391
159. O DEVER DE INDENIZAR	391
160. PASSAGEM FORÇADA	391
CAPÍTULO XVI – PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA: DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO.....	392
161. TRATAMENTO LEGAL DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA: A PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA E O DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO	393
162. ADOÇÃO DA TEORIA DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL	394
163. CONTRATOS DE DIREITO DAS COISAS E A CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA	395
164. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, LEASING E VENDA A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO	396
165. REQUISITOS DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	396
166. FIDUCIÁRIO E DEPOSITÁRIO	397
167. LIMITAÇÕES AOS DIREITOS DO CREDOR FIDUCIÁRIO.....	398
CAPÍTULO XVII – DIREITOS REAIS SOBRE COISA ALHEIA	400
168. <i>IUS IN RE ALIENAB</i>	401
169. PENHORA REGISTRADA (CPC 844).....	402
170. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA	403
171. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO	404
172. CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO. UNIÃO FEDERAL.....	404
173. DIREITO DE SUPERFÍCIE.....	404
174. SUPERFÍCIE URBANA. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE	405
175. SUPERFÍCIE E DIREITO PROCESSUAL CIVIL	405
176. FORMA DE CONSTITUIÇÃO	406
177. DIREITOS E DEVERES DO SUPERFICIÁRIO	407
178. EXTINÇÃO DO DIREITO REAL DE SUPERFÍCIE	408
179. HABITAÇÃO	409
180. PECULIARIDADES DO DIREITO REAL DE HABITAÇÃO.....	410
181. USUFRUTO	411
182. IMPENHORABILIDADE DE NUA-PROPRIEDADE	412
183. CONSTITUIÇÃO DE USUFRUTO	413
184. USUFRUTO: DIREITO INALIENÁVEL. EXERCÍCIO DO DIREITO DE USUFRUTO É CEDÍVEL	413
185. DIREITO REAL SOBRE A NUA-PROPRIEDADE E DIREITO DE USUFRUTO: DUAS REALIDADES DISTINTAS	415
186. USUFRUTO E PERCEPÇÃO DE FRUTOS	416
187. DEVERES DO USUFRUTUÁRIO E DO NU-PROPRIETÁRIO	417

188. EXTINÇÃO DO USUFRUTO.....	418
189. USO	418
189.1. Constituição.....	420
190. CONCESSÃO ESPECIAL DE USO. UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES. (MP 2220, DE 4.9.2001).....	420
191. CONCESSÃO DE USO. AMAZÔNIA LEGAL. TERRAS OCUPADAS POR PARTICULARES.....	420
192. UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (DL 271, DE 28.2.1967).....	421
CAPÍTULO XVIII – DIREITO REAL COM FUNÇÃO DE AQUISIÇÃO	424
193. O COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA.....	425
194. COMPROMISSO DE COMPRA E DIREITO REAL. PRINCÍPIO DA TIPICIDADE.....	426
195. COMPROMISSO REVOGÁVEL E IRREVOGÁVEL.....	427
196. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA.....	429
CAPÍTULO XIX – DIREITOS REAIS DE GARANTIA	430
197. GARANTIA REAL.....	431
198. CONSTITUIÇÃO DE DIREITO REAL.....	432
199. CESSÃO DE DIREITOS DE GARANTIA REAL	433
200. FORMA DO CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO.....	433
201. PROVIDÊNCIAS DO CREDOR PARA SATISFAZER SEU CRÉDITO	434
202. ANTICRESE.....	435
203. HIPOTECA	436
204. REMIÇÃO DE BENS. NATUREZA JURÍDICA.....	436
205. PENHOR.....	438
206. PENHOR DE VEÍCULOS (CC 1461)	438
CAPÍTULO XX – ATIVIDADE REGISTRÁRIA EM DIREITOS REAIS	440
208. REGISTRO. SENTIDO DO TERMO	441
209. AVERBAÇÃO E MATRÍCULA.....	442
210. REGISTRO DE TÍTULO	443
211. TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DE BENS FUNDACIONAIS	443
212. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE POR SUCESSÃO ABERTA (CC 1784)	443
213. REGISTRO ELETRÔNICO	443
214. DESCUMPRIMENTO DA L 11977/09 42 E 43. MULTA	445
215. MATRÍCULA DE IMÓVEIS SEM REGISTRO ANTERIOR.....	446
216. PRINCÍPIO DA PRIORIDADE	446

217. REGULARIZAÇÃO DA PROPRIEDADE PELA AÇÃO PUBLICIANA.....	447
218. GEORREFERENCIAMENTO	448
CAPÍTULO XXI – SERVIDÃO E ENFITEUSE	450
219. ENFITEUSE E O SISTEMA DO CC/1916	451
220. DIREITO REAL DE SERVIDÃO	452
221. ESPÉCIES DE SERVIDÃO	453
222. USUCAPÍÃO DE SERVIDÃO	454
223. O USO LEGÍTIMO DA SERVIDÃO	454
CAPÍTULO XXII – AÇÕES REAIS NO NOVO CPC	456
224. DIREITOS REAIS	457
225. AÇÕES REAIS, AÇÕES POSSESSÓRIAS E MEDIDAS JUDICIAIS COM EFICÁCIA DOMINIAL	458
226. COMPETÊNCIA PARA AÇÕES QUE VERSAM SOBRE DIREITOS REAIS	460
227. QUADRO PRÁTICO DAS PRINCIPAIS AÇÕES REAIS E DOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS	461
228. AÇÃO <i>EX EMPTO</i> (OU <i>EX VENDITO</i>) – <i>QUANTI MINORIS</i>	467
229. AÇÃO CONFESSÓRIA.....	467
230. AÇÃO DEMOLITÓRIA E NUNCIÇÃO DE OBRA NOVA.....	468
231. AÇÃO DEMARCATÓRIA.....	468
232. AÇÃO DIVISÓRIA	471
233. AÇÃO DE DEPÓSITO, CONSIGNAÇÃO E RESGATE DE AFORAMENTO	472
234. EMBARGOS DE TERCEIRO	476
235. IMISSÃO NA POSSE.....	476
236. NEGATÓRIA	476
237. PUBLICIANA.....	476
238. REIVINDICATÓRIA.....	477
239. USUCAPÍÃO	478
240. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. FORO DA SITUAÇÃO DO IMÓVEL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA	479
241. DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL	480
242. EXERCÍCIO DE DIREITO DE RETENÇÃO.....	482
243. DIREITO DE PREEMPÇÃO.....	482
244. DISCRIMINATÓRIA.....	483
245. AÇÕES REAIS, PESSOAS CASADAS E COMPANHEIROS.....	483
245.1. O companheiro	484
246. A OUTORGA CONJUGAL PARA AÇÕES REAIS	485

CAPÍTULO XXIII – TEORIA GERAL DO DIREITO REGISTRÁRIO E NOTARIAL – NOÇÕES PRIMEIRAS ...	488
247. DIREITO REGISTRÁRIO, NOTARIAL E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO	489
248. FUNCIONALIDADE DO DIREITO REGISTRÁRIO E NOTARIAL	490
248.1. A fé pública registral e sua eficácia ofensiva.....	491
248.2. Invalidez registral ou substantiva.....	493
249. OBJETO DOS REGISTROS PÚBLICOS.....	494
250. NORMATIVIDADE REGISTRAL	497
CAPÍTULO XXIV – A DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NOTARIAIS E REGISTRÁRIOS	498
251. ORIGEM ESTRUTURAL DO PODER PÚBLICO DELEGADO A REGISTRADORES E TABELIÃES.....	499
252. DELEGADO DE FUNÇÃO NOTARIAL E REGISTRÁRIA: EXERCÍCIO OFICIAL DE UMA FUNÇÃO CURIOSA ..	500
252.1. Serviço da serventia e ofício do delegado.....	500
252.2. Exercício de ofício <i>intuitu personae</i>	501
252.3. A imputação patrimonial	502
252.4. O ato do preposto do delegado.....	502
252.5. Lei 13286/16: preconiza solução que não se compatibiliza com a CF	504
253. O CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS, PARA A OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO	504
254. FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO	505
255. MANDADO DE SEGURANÇA: ATO ADMINISTRATIVO E PODER JURISDICIONAL.....	505
255.1. Panorama funcional de uma atividade pública com certo grau de discricionariedade.....	506
255.2. Mandado de segurança contra ato administrativo discricionário do oficial.....	507
256. DESEMPENHO DAS SERVENTIAS.....	509
257. A ATIVIDADE NOTARIAL E FALHA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DA SERVENTIA.....	511
258. A RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA DO OFICIAL, QUANTO A SUAS ATIVIDADES DISCRICIONÁRIAS.....	512
259. OS SERVIÇOS DOS CARTÓRIOS, DOS OFICIAIS, DOS SERVENTUÁRIOS E SUA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E PENAL.....	514
CAPÍTULO XXV – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DE SERVIÇOS DELEGADOS, NOTARIAIS E REGISTRÁRIOS.....	516
260. ESTRUTURA LEGAL DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRÁRIOS DELEGADOS	517
261. ORGANISMOS MODERNOS A SERVIÇO DA ATIVIDADE REGISTRÁRIA E NOTARIAL	518
261.1. Natureza jurídica do serviço e da remuneração prestados pela Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC –, disponibilizados pelo Sistema de Informações e Gerenciamento Notarial – SIGNO – operado pelo Colégio Notarial do Brasil/Conselho Federal (CNB/CF).....	519

261.2. Responsabilidade civil das Centrais	520
262. OS CARTÓRIOS	521
CAPÍTULO XXVI – REMUNERAÇÃO DA ATIVIDADE REGISTRÁRIA	524
263. A ÉTICA DO OFICIAL	525
264. NATUREZA JURÍDICA DOS EMOLUMENTOS.....	526
265. EMOLUMENTOS E IMPOSTOS: BASE DE CÁLCULO	526
266. GRATUIDADE DE ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS	527
CAPÍTULO XXVII – CADASTRO DE CONSUMIDORES, BANCO DE DADOS NOTARIAIS E REGISTRÁRIOS E COMPARTILHAMENTO DE DADOS	532
267. CONCEITO DE CADASTRO DE DADOS.....	533
268. COMPARTILHAMENTO DOS DADOS CONSTANTES DE REGISTROS PÚBLICOS	534
269. SIGILO E COMPARTILHAMENTO DE DADOS	536
270. A QUEM PERTENCE O CADASTRO	539
270.1. Pode-se invocar sigilo de dados públicos?	540
271. A QUALIDADE DO DADO ARMAZENADO.....	542
CAPÍTULO XXVIII – A FORÇA PROBANTE DOS DOCUMENTOS, DOS ATOS NOTARIAIS E DOS REGISTROS PÚBLICOS – PROVA E FATO PROBANDO	544
272. A PROVA E SUA NATUREZA JURÍDICA	545
273. A PROVA NO DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL	546
274. A PROVA LEGAL E O DIREITO NOTARIAL E REGISTRÁRIO	547
275. A FORMA PRESCRITA EM LEI	549
276. A FORMA SOLENE CONVENCIONADA PELAS PARTES	552
277. A PROVA PROCESSUAL	553
278. A PROVA POR INDÍCIOS E PRESUNÇÕES	554
279. O ÔNUS DA PROVA: AO AUTOR INCUMBE PROVAR O QUE ALEGA E INCUMBE AO RÉU A PROVA DO FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DO AUTOR	555
280. DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO	556
281. PROVA EMPRESTADA (CPC 372).....	557
CAPÍTULO XXIX – FUNÇÃO NOTARIAL: DOCUMENTOS E INSTRUMENTOS	560
282. FUNÇÃO NOTARIAL DE CONFECCIONAR COM EXCLUSIVIDADE DOCUMENTOS PÚBLICOS	561
283. DOCUMENTO PÚBLICO E PRIVADO: MEIO DE PROVA	562
283.1. Fé pública e certidões textuais	563
283.2. Força probante de notas, registros, traslados e certidões	564
283.3. Outorgas legais.....	564

284. INSTRUMENTOS.....	565
285. TÍTULO E JUSTO TÍTULO	566
285.1. Justo título e usucapião	567
286. COMO SE TRANSFERE A PROPRIEDADE	569
CAPÍTULO XXX – DOCUMENTO PÚBLICO	572
287. DOCUMENTO PÚBLICO E SUA FORÇA PROBANTE	573
288. DOCUMENTO DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA	575
289. ESCRITURA PÚBLICA.....	576
289.1. Escritura pública em vernáculo.....	578
290. INSTRUMENTO PÚBLICO	579
291. ATOS PRODUZIDOS EM JUÍZO: INSTRUMENTOS PÚBLICOS	580
CAPÍTULO XXXI – DIREITO DE CERTIDÃO E CERTIDÃO COMO DOCUMENTO PÚBLICO	582
292. CERTIDÃO COMO DOCUMENTO PÚBLICO	583
293. O DIREITO DE CERTIDÃO	584
294. QUEM TEM DIREITO DE CERTIDÃO?.....	586
295. SIGILO DE DADOS OU QUANTO A FATOS.....	588
296. DIREITO FUNDAMENTAL DE CERTIDÃO: TEMA DE INTERESSE PESSOAL OU DE INTERESSE LEGÍTI-MO?.....	588
297. O FORNECIMENTO DE CERTIDÃO	590
CAPÍTULO XXXII – DOCUMENTO PARTICULAR	592
298. EFICÁCIA PROBATÓRIA DA ESCRITURA PARTICULAR.....	593
299. INSTRUMENTO PARTICULAR.....	595
300. INSTRUMENTO PARTICULAR E A VALIDADE DO ATO.....	595
301. DOCUMENTO PARTICULAR NÃO EXIBIDO POR INTEIRO AO CONSUMIDOR.....	596
302. TÍTULO DE CRÉDITO COMO DOCUMENTO ESCRITO PARTICULAR: ELEMENTOS ESSENCIAIS	596
303. TÍTULO DE CRÉDITO COMO DOCUMENTO ESCRITO PARTICULAR: ELEMENTOS ACIDENTAIS	598
304. AVAL	599
305. DOCUMENTO ESCRITO: EXPRESSÃO DE GRANDE REPERCUSSÃO NO DIREITO PROCESSUAL	600
305.1. Documento escrito sem as características de título executivo	601
306. EFICÁCIA DA PROVA POR INSTRUMENTO PARTICULAR.....	601
307. O DOCUMENTO ELETRÔNICO	602
CAPÍTULO XXXIII – A PROVA NO PROCESSO.....	604
308. A LIDE E OS ARGUMENTOS DAS PARTES	605

309. PROVAS E SUA CLASSIFICAÇÃO.....	606
310. DIREITO CONSTITUCIONAL À PROVA	606
311. O OBJETO DA PROVA: O <i>FATO PROBANDO</i>	607
312. FATO CONTROVERTIDO	608
313. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUANTO À PROVA	608
313.1. Devido processo legal.....	609
314. MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA.....	610
CAPÍTULO XXXIV – NOVAS FUNCIONALIDADES DAS ATIVIDADES NOTARIAIS E REGISTRÁRIAS E O SISTEMA DE PROVAS	614
315. APOSTILAMENTO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS PARA USO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	615
316. TESTAMENTO E INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL	616
316.1. Requisição de informação sobre a existência ou não de testamento, formulada pelo Juiz ou pelo MP, dirigida ao CENSEC	619
317. CENTRAL DE ÓBITO DE PESSOAS NÃO IDENTIFICADAS	619
318. CERTIFICAÇÃO DIGITAL (CD)	620
319. REPRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS, CINEMATOGRÁFICAS, OS REGISTROS FONOGRÁFICOS E, EM GERAL, QUAISQUER OUTRAS REPRODUÇÕES MECÂNICAS (CC 225).....	620
320. PROVA RESULTANTE DOS LIVROS E FICHAS NÃO É BASTANTE NOS CASOS EM QUE A LEI EXIGE ESCRITURA PÚBLICA OU ESCRITO PARTICULAR (CC 226).....	621
321. DOCUMENTOS PRODUZIDOS POR MÉDICOS	621
322. PROVA IMPRESCINDÍVEL	622
CAPÍTULO XXXV – FUNCIONALIDADE DA ATIVIDADE NOTARIAL	624
323. ATRIBUIÇÕES DOS NOTÁRIOS.....	625
324. O COMPORTAMENTO FUNCIONAL DO NOTÁRIO: SUA ÉTICA	626
325. PERTINÊNCIA DA ATIVIDADE NOTARIAL COM O EXERCÍCIO JURÍDICO DA VIDA CIVIL.....	628
CAPÍTULO XXXVI – O NOVO SISTEMA DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E A ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRÁRIA: PONTOS MAIS IMPORTANTES	630
326. GRATUIDADE DE SERVIÇOS	631
327. PROCURAÇÃO <i>AD JUDICIA</i> POR INSTRUMENTO PÚBLICO – OUTORGA A ADVOGADO QUE INTEGRA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	634
328. ATA NOTARIAL	638
329. INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL E TESTAMENTO.....	643
330. ESCRITURA DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, DE DIVÓRCIO CONSENSUAL E DE SEPARAÇÃO CONSENSUAL.....	646
330.1. Peculiaridades civis e processuais do procedimento de jurisdição voluntária.....	651

331. USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.....	652
332. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA: SENTENÇA CONSTITUTIVA INTEGRATIVA COM INGRESSO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO.....	654
333. EMBATES ENTRE EXEQUENTE E EXECUTADO.....	656
334. DEMARCAÇÃO E DIVISÃO POR ESCRITURA PÚBLICA.....	658
335. CASAMENTO, PROCESSO E AÇÕES REAIS.....	659
CAPÍTULO XXXVII – CARTÓRIOS MARÍTIMOS.....	662
336. TABELÃO E REGISTRADOR DE DIREITO MARÍTIMO.....	663
337. CARTÓRIO PRIVATIVO DE CONTRATOS MARÍTIMOS.....	664
338. NEGÓCIOS JURÍDICOS E OCORRÊNCIAS QUE TÊM POR OBJETO EMBARCAÇÕES DESTINADAS AO ALTO-MAR.....	666
339. DIREITO MARÍTIMO, TRIBUNAL MARÍTIMO E O CPC.....	668
340. PROTESTOS MARÍTIMOS E PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO: ATUAÇÃO TABELIOA DE COMANDANTE DE EMBARCAÇÃO.....	670
CAPÍTULO XXXVIII – PROTESTOS.....	672
341. NATUREZA JURÍDICA DO PROTESTO.....	673
342. O PROTESTO NOTARIAL.....	674
343. O PROTESTO CAMBIAL.....	675
344. ATRIBUIÇÕES DOS TABELIÃES DE PROTESTO.....	677
345. EFEITOS JURÍDICOS DO PROTESTO.....	678
346. OS SERVIÇOS DE PROTESTO.....	679
347. O PROTESTO NO NOVO CPC.....	680
CAPÍTULO XXXIX – ATIVIDADE REGISTRÁRIA CIVIL.....	682
348. REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS.....	683
348.1. O início da pessoa natural.....	684
349. O REGISTRO CIVIL E O DOCUMENTO DE IDENTIDADE.....	686
350. REPRODUÇÃO <i>POST MORTEM</i>	687
351. REGISTRO DE NASCIMENTO E EMISSÃO DA RESPECTIVA CERTIDÃO DOS FILHOS HAVIDOS POR REPRODUÇÃO ASSISTIDA.....	688
352. O ASSENTO FEITO NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS: A ABERTURA DO FÓLIO REGISTRAL E SUAS ALTERAÇÕES.....	690
353. A HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO.....	692
354. CASAMENTO CIVIL NO EXTERIOR.....	693
355. CASAMENTO CIVIL E DEMAIS ATOS PRATICADOS POR DEFICIENTES SEM CAPACIDADE DE AUTODETERMINAÇÃO.....	693

356. CASAMENTO DE PESSOAS DO MESMO SEXO	694
357. ESCRITURA PÚBLICA PARA CONFORMAR O PATRIMÔNIO DE COMPANHEIROS QUE VIVEM EM UNIÃO ESTÁVEL	695
358. CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITOS CIVIS	695
359. CASAMENTO EM IMINENTE RISCO DE VIDA	697
360. ASSENTO DE ÓBITO	697
360.1. Óbitos em estabelecimentos de saúde.....	699
360.2. Óbitos de pessoas não identificadas e de brasileiros falecidos no exterior.....	699
360.3. Troca de informações de óbitos com organismos de identificação civil da pessoa.....	700
360.4. Natimorto e morte na ocasião do parto	700
361. EMANCIPAÇÃO, INTERDIÇÃO E AUSÊNCIA	700
362. REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS	701
363. REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS QUE CUIDAM DE ATIVIDADES PRÓPRIAS DE JORNAIS, OFICINAS IMPRESSORAS, EMPRESAS DE RÁDIOFUSÃO E AGÊNCIAS DE NOTÍCIA.....	702
364. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO E PÚBLICO	703
CAPÍTULO XL – ATIVIDADE REGISTRÁRIA DOCUMENTAL	706
365. ATIVIDADE REGISTRÁRIA DOCUMENTAL: PUBLICIDADE E CONSERVAÇÃO	707
366. O REGISTRO DE DOCUMENTOS ESTRANGEIROS	708
367. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO NO CARTÓRIO.....	709
368. LIVROS DOS CARTÓRIOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	710
CAPÍTULO XLI – ATIVIDADE REGISTRÁRIA IMOBILIÁRIA E SUA FUNCIONALIDADE	712
369. O FUNDAMENTO DA ATIVIDADE REGISTRÁRIA IMOBILIÁRIA	713
370. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....	716
371. PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE REGISTRÁRIA IMOBILIÁRIA	719
CAPÍTULO XLII – DIREITO IMOBILIÁRIO REGISTRAL	734
372. CONCEITO DE DIREITO REGISTRAL IMOBILIÁRIO	735
373. CATEGORIAS DE ATOS REGISTRÁRIOS DE IMÓVEIS: REGISTRO, INSCRIÇÃO, TRANSCRIÇÃO, AVERBAÇÃO E ANOTAÇÃO	736
374. EMOLUMENTOS.....	737
375. REGISTROS DE BENS IMÓVEIS E AS AÇÕES PETITÓRIAS	738
CAPÍTULO XLIII – PROCESSO DE DÚVIDA	746
376. PROCESSO DE DÚVIDA E DIREITO DE RECORRER.....	747
377. NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO DE DÚVIDA.....	749
378. PROCESSO DE DÚVIDA, JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E EQUIDADE	751

379. A TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA DO PROCESSO DE DÚVIDA: DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA PARA JURISDIÇÃO CONTENCIOSA – OS RECURSOS CABÍVEIS	757
---	-----

CAPÍTULO XLIV – O DIREITO REAL CONSTITUÍDO, A PUBLICIDADE DE SUAS ESPECIFICAÇÕES E SUAS ALTERAÇÕES..... 762

380. PRENOTAÇÃO	763
381. MATRÍCULA	763
382. AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO DE IMÓVEIS E SERVIDÃO	764
383. RETIFICAÇÃO DO REGISTRO IMOBILIÁRIO	765
384. BEM DE FAMÍLIA: IMPENHORABILIDADE E CAUTELA REGISTRÁRIA	768

CAPÍTULO XLV – REPERCUSSÃO CIVIL E REGISTRÁRIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS DE ALIENAÇÃO, OU DE ONERAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, POR CONSEQUÊNCIA DE ATOS FRAUDULENTOS DO DEVEDOR E A SITUAÇÃO DO TERCEIRO NO PROCESSO CIVIL 772

385. O PROBLEMA DA FRAUDE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E DO COMPORTAMENTO FRAUDULENTO DA PARTE NO PROCESSO: DUAS SITUAÇÕES DISTINTAS	773
386. REGIME DE INVALIDADE OU DE INEFICÁCIA DE ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS	775
387. BEM DISPUTADO EM AÇÃO REAL E AVERBAÇÃO DO TRÂMITE DA AÇÃO (CPC 792 I)	776
388. AÇÃO QUE TENHA COMO OBJETO IMÓVEL GEORREFERENCIADO	777
389. AVERBAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE EXECUÇÃO, NOS MOLDES DO CPC 828 (CPC 792 II)	778
390. HIPOTECA JUDICIÁRIA AVERBADA E ATO DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL ORIGINÁRIO DO PROCESSO ONDE FOI ARGUIDA A FRAUDE (CPC 792 III)	779
391. DEMANDA CAPAZ DE LEVAR O DEVEDOR À INSOLVÊNCIA (CPC 792 IV)	779
392. OUTRAS HIPÓTESES DE FRAUDE DE EXECUÇÃO (CPC 792 V)	780
393. SENTENÇA ESTRANGEIRA QUE FERRE O CPC 23	781
394. AÇÕES POSSESSÓRIAS	781
395. OUTORGA CONJUGAL PARA AÇÕES QUE VERSEM SOBRE DIREITO REAL IMOBILIÁRIO	782
396. ESPECIFICAÇÃO DE RESERVA LEGAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	783
397. PROPRIEDADE DE SOCIEDADES EMPRESARIAIS	783
398. INSCRIÇÃO DE IMÓVEL RURAL NO REGISTRO TORRENS	784

BIBLIOGRAFIA..... 786

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 828

ÍNDICE LEGISLATIVO..... 846

ÍNDICE ONOMÁSTICO..... 850